



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

**CLIPPING
23 e 24
de janeiro
de 2021**

Prefeitos querem polícias Militar e Civil na fiscalização de proibição de festas carnavalescas nas cidades

Blog do Neto Weba

Os prefeitos do Maranhão querem as polícias Militar e Civil na fiscalização do decreto estadual e orientações do **Ministério Público** do Estado do Maranhão sobre aglomerações no período do carnaval deste ano. A sugestão foi apresentada pelo secretário geral da Famem, prefeito João Igor (São Bernardo), durante reunião virtual promovido pela Procuradoria Geral de Justiça e entidade municipalista para debater as "Orientações sobre a prevenção da Covid-19 no período de Carnaval", realizada nesta sexta-feira, 22.

"A Federação dos prefeitos está de acordo com o decreto de proibição de realização do carnaval no Estado. Vamos lutar para manter os índices da Covid-19 sempre baixos até concluirmos a vacinação reforçando o poder de fiscalização nos municípios", disse João Igor durante a reunião em que representou a diretoria da Famem.

A reunião foi coordenada pelo procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, e contou com participação de prefeitos dos municípios de Rosário, Codó, Arari, Parnarama, São Félix de Balsas, Igarapé do Meio, Olinda Nova do Maranhão, Buriti Bravo, Santa Inês, Balsas, Timbiras, Sambaíba, Sítio Novo, Porto Franco, Satubinha, Paraibano, Santa Luzia do Paruá, Miranda do Norte, Vitorino Freire, Davinópolis, Nova Colinas, São Francisco do Brejão, Maranhãozinho e Arame. Promotores de Justiça, secretários de Saúde e assessores de prefeituras também participaram da reunião.

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, prometeu entrar em contato o mais rápido possível com o secretário de Estado da **Segurança Pública**, Jefferson Portela, para tratar do assunto.

Recomendações

A recomendação do **Ministério Público** do Estado do Maranhão, editada no dia 18 de janeiro, está baseado em providências: orienta os prefeitos a não promoverem festividades carnavalescas; proibir o licenciamento de atividades festivas privadas durante o período, e, por fim, solicita aos gestores municipais

que fiscalizem as providências anteriores contando com a participação do aparelho de segurança estadual e municipal, no caso as guardas municipais.

"Temos que fazer um Maranhão melhor. Juntos, precisamos ter cautela. Não podemos deixar que ocorra uma situação semelhante à de Manaus. Todos nós já sofremos e perdemos conhecidos neste período de pandemia. Precisamos evitar qualquer possibilidade de aglomeração", enfatizou Eduardo Nicolau.

O prefeito de Porto Franco, Deoclides Macedo, considera importantes as recomendações do **MPMA** e o diálogo entre gestores e promotores de Justiça. "Todos nós estamos preocupados, sabemos que o carnaval realizado em praças pelo poder público está proibido, por outro lado temos que fiscalizar as aglomerações em espaços privados. Para isso precisamos contar com a efetiva fiscalização da **Segurança Pública** e dos órgãos estaduais e municipais da Saúde", assinalou Deoclides Macedo.

A promotoria de Justiça, Nahyma Ribeiro Abas, coordenadora do Centro de Apoio Operacional da **Probidade Administrativa** (CAOp-ProAd), concorda com mais rigor na fiscalização. "Os promotores estão empenhados em adotando estratégias para prevenir novos contágios pelo novo coronavírus. O Carnaval é uma preocupação. Portanto, a saúde é o bem mais importante que o **Ministério Público** pode tutelar nesse momento".

Site: <https://www.netoweba.com.br/2021/01/prefeitos-querem-policias-militar-e.html>

Prefeitos do Maranhão mostram preocupação com descumprimento de decreto do governo que evita disseminação da Covid-19

Os prefeitos dos 217 municípios maranhenses querem mais rigor das polícias Militar e Civil na fiscalização do decreto estadual baixado pelo governador Flávio Dino (PCdoB) e orientações do **Ministério Público** do Estado (MPE) sobre aglomerações no período do Carnaval deste ano.

A sugestão foi apresentada pelo secretário geral da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), prefeito João Igor (São Bernardo), durante reunião virtual promovido pela Procuradoria Geral de Justiça (PGR) e entidade municipalista para debater as "Orientações sobre a prevenção da Covid-19 no período de Carnaval", realizada nesta quinta-feira, 22.

"A Federação dos prefeitos está de acordo com o decreto de proibição de realização do Carnaval no estado. Vamos lutar para manter os índices da Covid-19 sempre baixos até concluirmos a vacinação reforçando o poder de fiscalização nos municípios", disse João Igor durante a reunião em que representou a diretoria da Famem.

A reunião foi coordenada pelo procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, e contou com participação de prefeitos dos municípios de Rosário, Codó, Arari, Parnarama, São Félix de Balsas, Igarapé do Meio, Olinda Nova do Maranhão, Buriti Bravo, Santa Inês, Balsas, Timbiras, Sambaíba, Sítio Novo, Porto Franco, Satubinha, Paraibano, Santa Luzia do Paruá, Miranda do Norte, Vitorino Freire, Davinópolis, Nova Colinas, São Francisco do Brejão, Maranhãozinho e Arame. Promotores de Justiça, secretários de Saúde e assessores de prefeituras também participaram da reunião.

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, prometeu entrar em contato o mais rápido possível com o secretário de Estado da **Segurança Pública**, Jefferson Portela, para tratar do assunto.

Site:

<https://blogdomariocarvalho.blogspot.com/2021/01/prefeitos-do-maranhao-mostram.html>

Show do cantor Tarcísio do Acordeon é cancelado em São Luís

Luís Pablo

O show do cantor Tarcísio do Acordeon, que seria realizado hoje (23) à noite em São Luís, foi cancelado após reportagem do site do Luís Pablo cobrando o posicionamento das autoridades.

O promotor Cláudio Guimarães esteve no local do evento e barrou o evento. A determinação foi do procurador-geral Nicolau.

Em conversa com o titular do site, o procurador-geral disse que o **Ministério Público** irá adotar todas as medidas administrativas e judiciais necessárias para impedir a ocorrência de aglomerações em eventos.

Também em conversa com o site do Luís Pablo, o secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, falou que todas as festas que tiveram acima de 150 pessoas serão barradas pela polícia.

"Eu me reuniu com o procurador-geral Nicolau e decidimos unir os esforços para evitar o aumento dos índices de contágio de COVID 19", disse Portela.

A delegada Ludimila, da Delegacia de Costumes, também conversou com o titular do site. Ela disse que todas as autorizações que estão sendo dadas para a realização de eventos, deixa bem claro que é somente permitido 150 pessoas, de acordo como determina o decreto do governo.

O que ocorreu neste sábado serve de exemplo para os demais produtores que estão fazendo festa aglomeradas na capital maranhense.

Site: <https://luispablo.com.br/diversao/2021/01/show-do-cantor-tarcisio-do-acordeon-e-cancelado-em-sao-luis/>

MP intervém e show de Tarcísio do Acordeon é adiado

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Vimos a público informar que o evento de hoje que contaria com a apresentação do artista Tarcísio do Acordeon terá que ser remarcado.

Apesar do fiel cumprimento de todos os protocolos sanitários e observância das leis vigentes, o **Ministério Público** interviu no sentido de obstar a realização do show, tornando impossível a sua realização na presente data.

Em breve anunciaremos a nova data.

Desde já contamos e agradecemos com a compreensão e apoio de todos.

A PRODUÇÃO

Site:

<http://www.blogdodavimax.com.br/2021/01/ministerio-publico-intervem-e-show-de.html>

STJ mantém cassação de vereadores e Ceará como presidente da Câmara Municipal de Açailândia

A "confusão" envolvendo a Câmara Municipal de Açailândia já chegou no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que neste sábado (23) negou pedido de cancelamento da liminar, concedida pelo desembargador Luís Gonzaga Almeida Filho do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que manteve a cassação dos vereadores: Cleones Oliveira Matos; Feliberg Melo Sousa; Ademar Martins da Silva; Odacy Miranda da Silva; Erivelton Carlos Ramos Trindade; Lucas Alves Moura; Udenes Pereira da Silva Rodrigues; Robenha Sousa Pereira de Jesus e Thais dos Santos Brito Fritsche e legitimou Josibeliano Chagas Farias (Ceará), como presidente da casa de leis.

O pedido foi apresentado ao STJ pelo **Ministério Público** do Maranhão, através do Procurador Geral de Justiça, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau.

A petição foi protocolada na última sexta-feira (22) e julgada no final da tarde deste sábado (23), cujo resultado não foi favorável aos vereadores cassados.

Site: <http://www.amarcosnoticias.com.br/stj-mantem-cassacao-de-vereadores-e-ceara-como-presidente-da-camara-municipal-de-acailandia/>

CAJAPIÓ - A pedido do MPMA, Câmara de Vereadores cancela sessão que trataria de contratações temporárias

Em atendimento a Recomendação do **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**), a Câmara de Vereadores de Cajapió suspendeu a sessão que discutiria, nesta quinta-feira, 21, o projeto de lei nº 01/2021, que tratava de contratações temporárias de servidores para o quadro do município, incluindo pintores, pedreiros e auxiliares operacionais de serviços diversos.

A Recomendação foi encaminhada, em 20 de janeiro, pela promotora de justiça Laura Amélia Barbosa (que responde temporariamente pela comarca de São Vicente Férrer), aos vereadores Edson Serra, Fábio Costa, Maria das Dores Serra, Senilson Dias, Carlos Jorge Costa, Miguel Ribeiro Filho, Diego Pinto, José Augusto Costa, Patricia Penha, Raimundo Dinis e Stella Rodrigues. Cajapió é termo judiciário de São Vicente Férrer.

O projeto, enviado à Câmara Municipal em 7 de janeiro pelo prefeito Marcone Pinheiro Marques (mais conhecido como Dr. Marcone) não contém estudos de impacto orçamentário e de necessidade dos cargos e também não indica a forma de realização do processo seletivo para contratação dos servidores.

"Além disso, a admissão de pessoal no serviço público em desconformidade com o ordenamento jurídico em vigor caracteriza ato de **improbidade administrativa**, sujeitando o responsável a diversas penalidades", alertou a representante do **MPMA**, na Recomendação. "As penas incluem a perda da função pública, reparação do dano causado e suspensão de direitos políticos por até cinco anos e pena de detenção de três meses a 3 três anos".

Site: <https://omaranhense.com/cajapio-a-pedido-do-mpma-camara-de-vereadores-cancela-sessao-que-trataria-de-contratacoes-temporarias/>

MPMA participa de encontro de presidentes de Câmara do Maranhão

O **Ministério Público** do Maranhão participou da abertura do III Encontro com Presidentes de Câmara do Maranhão realizado na manhã desta sexta-feira, 22, no auditório da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), localizado na Avenida dos Holandeses. O evento foi promovido pela União de Vereadores e Câmaras do Maranhão (UVCM) e contou com o apoio do **MPMA**.

Presente na mesa de abertura, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, ressaltou que o **Ministério Público** tem a responsabilidade de orientar os vereadores, presidentes das Câmaras, e demais agentes públicos, a lidar corretamente com os recursos públicos. "Eu não tenho e não gosto de punir ninguém. Meu desejo é orientá-los. A maioria de vocês não possui formação jurídica e precisa de orientação para cuidar do dinheiro público e não cometer erros. O **promotor de justiça** vai coibir, mas pode orientar também. Juntos, nós precisamos tirar o Maranhão da hipossuficiência", enfatizou.

De acordo com o presidente da UVCM, vereador Asaf Sobrinho, o evento tem o objetivo de capacitar os presidentes das Câmaras de Vereadores de todo o estado, logo no início da gestão, sobre temas como prevenção à corrupção e o modo correto de prestação de contas. "Juntos com o **Ministério Público**, acredito que possamos qualificar e melhorar o conhecimento dos presidentes de Câmara. Quem ganha com isso é a sociedade", afirmou.

A coordenadora do Centro de Apoio Operacional da **Probidade Administrativa** (CAOP-ProAd), Nahyma Ribeiro Abas, durante a manhã, proferiu a primeira palestra da programação, cujo tema foi "Prevenção à corrupção: desafios e avanços". De acordo com a promotora de justiça, a ideia foi abordar todas as questões que diariamente o **Ministério Público** enfrenta nas comarcas, relacionadas à gestão pública nas Câmaras Municipais. "O objetivo é prestar uma orientação para reduzir atos e condutas corruptas nas casas legislativas municipais".

Entre os problemas recorrentes apontados pela palestrante está a necessidade de atualização dos portais da transparência. "Muitas vezes os portais são ineficientes, porque não mostram informações suficientes e atualizadas para o cidadão", disse.

Outras falhas recorrentes na conduta das Câmaras Municipais, apontadas pela representante do **MPMA**, são referentes à área de gestão de pessoas, como nepotismo e demais nomeações e contratações irregulares. "Abordamos todas essas questões para que haja um fortalecimento dos mecanismos de controle e uma melhoria na transparência pública, evitando atos de corrupção nas Câmaras", concluiu.

Ainda durante a manhã foi apresentada a palestra "Cálculos para o duodécimo das Câmaras Municipais", com o auditor do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Clécio Jads.

A programação do encontro prossegue durante a tarde, com outras duas palestras.

Site: <https://omaranhense.com/mpma-participa-de-encontro-de-presidentes-de-camara-do-maranhao/>

MPMA recomenda aos municípios criação de leis para plantio de árvores

São Luís - O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, assinou nesta sexta-feira, 22, Recomendação destinada aos promotores de justiça com atuação na defesa do meio ambiente para que incentivem os gestores municipais a criarem leis para a plantação e manutenção de árvores em áreas públicas e particulares.

Nas áreas privadas, a orientação é de que o plantio ocorra em espaços destinados a atividades de acesso coletivo, como estacionamentos de supermercados, hospitais, escolas, restaurantes e shopping centers; e nas áreas públicas, a arborização deve estar presente nos empreendimentos para implantação de bens de uso especial, como hospitais, escolas e outros órgãos públicos.

O documento dispõe que a quantidade de árvores a serem implantadas deve ser avaliada pelos Municípios, considerando os biomas em que estiverem inseridos, com a previsão de serem priorizadas espécies nativas da região.

Acompanharam a assinatura do documento a procuradora de justiça Mariléa Campos dos Santos Costa, que é presidente da Comissão de Gestão Ambiental do **Ministério Público** do Maranhão; os promotores de justiça Fernando Barreto Júnior, titular da 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de São Luís e coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio ambiente Urbanismo e Patrimônio Cultural, Karla Adriana Holanda Farias Vieira, diretora da Escola Superior do **Ministério Público** (ESMP) e Theresa Muniz de La Iglesia, chefe de gabinete da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ); além do advogado Sálvio Dino Júnior, coordenador do Fórum de Educação Ambiental; e o servidor do **MPMA** Luiz Alberto Rodrigues, integrante da Comissão de Gestão Ambiental.

Na oportunidade, Eduardo Nicolau ressaltou a necessidade da medida em favor da preservação ambiental. "A questão ambiental tem reflexo em toda a sociedade. O **Ministério Público** destaca na Recomendação a importância da arborização nos estacionamentos públicos e privados. Cada iniciativa, por mais simples que pareça, tem um impacto social positivo", afirmou.

Fernando Barreto Júnior enfatizou o significado da

arborização urbana na melhoria da qualidade de vida. "É fundamental que os municípios se sensibilizem para a criação de leis prevendo o plantio de árvores, não apenas nas áreas públicas, como também em áreas privadas, como estacionamentos, por exemplo".

SAIBA MAIS

MINUTA DE LEI

Na Recomendação, é destacado, no artigo 3º, que o membro do **Ministério Público**, em sua respectiva comarca, poderá encaminhar ao Executivo municipal minutas com modelos de legislação, sugerindo a elaboração de textos similares, asseguradas a publicidade e a participação popular na elaboração do projeto de lei, na sua tramitação e regulamentação.

O documento ministerial toma como referência a Lei nº 12.651/2012, que prevê a exigência de áreas verdes nos loteamentos, empreendimentos comerciais e na implantação de infraestrutura.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/01/24/mpm-a-recomenda-aos-municipios-criacao-de-leis-para-plantio-de-arvores/>

Plataforma de banco de dados do Imesc é apresentada ao MPMA em reunião

Membros do **Ministério Público** do Maranhão puderam conhecer, na manhã desta quinta-feira, 21, a plataforma de monitoramento de indicadores socioeconômicos dos municípios maranhenses do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc), que foi apresentada em reunião realizada na sede da Procuradoria Geral de Justiça, no Calhau. O objetivo é que, futuramente, seja formalizado um termo de cooperação técnica entre o **MPMA** e o Imesc para utilização da plataforma.

"As bases de dados são importantes para ajudar os promotores a implementarem a proposta resolutiva da Recomendação n. 54/2017 do CNMP. É preciso entender o grau e extensão dos problemas que batem à nossa porta para prever o que podemos fazer e o que é necessário alcançar como proposta de resolução em cada atuação do **Ministério Público** na defesa de direito e de políticas públicas de qualidade", destacou o diretor da Secretaria de Assuntos Institucionais do **MPMA**, José Márcio Maia Alves.

De acordo com o diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão do **MPMA**, Carlos Henrique Vieira, o conhecimento do Sistema Imesc Amplo e do Dataimesc é importante para a formalização futura de um acordo de cooperação técnica. "Essa é uma parceria que esperamos que seja consolidada em breve para auxiliar na execução das ações dos membros do **Ministério Público**, beneficiando a sociedade", ressaltou.

Também participaram da reunião o presidente do Imesc, Dionatan Silva Carvalho, o diretor de Estudos e Pesquisas do Imesc, Hiroshi Matsumoto, a técnica Patrícia Santos Silva, responsável pelo banco de dados, além de servidores do **MPMA**.

Site: <https://omaranhense.com/plataforma-de-banco-de-dados-do-imesc-e-apresentada-ao-mpma-em-reuniao/>